



REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E PRODUTIVA DOS MUNICÍPIOS DA ZONA DE PRODUÇÃO PRINCIPAL DA BACIA PETROLÍFERA DE CAMPOS¹

**Elzira Lúcia Oliveira²
Gustavo Henrique Naves Givisiez³
Denise Cunha Tavares Terra⁴**

Resumo

O Estado do Rio de Janeiro experimenta uma nova configuração econômica e produtiva que se estende para Zona de Produção Principal da Bacia de Campos, em virtude dos efeitos multiplicadores da economia petrolífera. As transformações processadas vêm alterando o perfil das economias locais. Este artigo analisa o perfil produtivo dos municípios da Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, no Brasil, mais os municípios da Zona de Produção Principal (ZPP) de Exploração de Petróleo e Gás da Bacia de Campos. Foram construídos indicadores de análise regional e locacional por meio dos dados dos Censos Demográficos e da Relação Anual de Informações Sociais –

Recebimento: 30/10/2015 • Aceite: 1/8/2017

¹ Versão original apresentada no XII Seminário Internacional RII, de 01 a 05 de outubro de 2012 em Belo Horizonte – MG – Brasil.

² Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes – RJ, Brasil. E-mail: elziralucia@id.uff.br

³ Doutor em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes – RJ, Brasil. E-mail: gh_naves@id.uff.br

⁴ Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes – RJ, Brasil. E-mail: deniseterra@gmail.com

(RAIS). A reestruturação econômica e produtiva no conjunto dos municípios da Zona de Produção Principal e dos municípios do Norte fluminense indicam que os principais efeitos da instalação da indústria do petróleo se fazem sentir nos municípios vizinhos à Macaé. Os municípios mais ao Sul e da região metropolitana estão inseridos em dinâmica econômica distinta.

Palavras-chave: Reestruturação Econômica. Petróleo e Gás. Bacia de Campos.

RESTRUCTURING ECONOMIC AND PRODUCTIVE OF MUNICIPALITIES OF MAIN PRODUCTION AREA OF CAMPOS OF OIL BASIN

Abstract

The state of Rio de Janeiro experienced a new economic and productive setting that extends Main production area of the Campos Basin due to the multiplier effects of the oil economy. The changes processed are changing the profile of local economies. This article analyzes the productive profile of the municipalities in the northern state of Rio de Janeiro region in Brazil more municipalities Main Production Zone Exploration of Oil and Gas of the Campos Basin. They will be constructed indicators of regional and locational analysis using data from Demographic Censuses and RAIS. The economic and productive restructuring in all the municipalities of ZPP and municipalities in northern Rio de Janeiro indicate that the main effects of the oil industry installation are felt in neighboring municipalities to Macaé. Most municipalities in the south and the metropolitan area are inserted in different economic dynamics.

Keywords: Economic Restructuring, Oil & Gas, Campos Basin

Introdução

A região Norte do Estado, desde a segunda metade da década de 1970, vem passando por transformações produtivas que redefinem os usos do território. Os primeiros impactos decorrem da então incipiente e hoje crescente indústria de exploração e produção de petróleo e gás. A região gradativamente migrou de uma base econômica exclusivamente agrária, ancorada na monocultura canavieira e na indústria sucroalcooleira para uma indústria extrativa mineral cuja cadeia produtiva e características do processo de produção atrai, desde empresas transnacionais de grande porte como pequenas e médias empresas (Piquet, 2004). A região Norte é novamente impactada pela intensificação da indústria do petróleo pela Petrobras e exploração de novos blocos por outras empresas. Para ilustrar a intensificação e o adensamento dos investimentos na região, cita-se o Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú, em construção no município de São João da Barra, desde 2007, que atrairá um grande número de empresas e pessoas para a sua *hinterlândia*, produzindo um reordenamento territorial da sua área de influência direta e indireta.

Os empreendimentos induzidos pelo setor emergente funcionam sob o paradigma de padrões produtivos intensivos em tecnologia, que demandam mão de obra mais qualificada, ao mesmo tempo em que os municípios elaboram políticas ativas de atração de capital produtivo, visando à instalação de empreendimentos em seus territórios.

Nesse contexto, pode-se observar o fortalecimento dessa nova configuração econômica e produtiva, que se estende para Zona de Produção Principal (ZPP) da Bacia de Campos, em virtude dos efeitos multiplicadores da economia petrolífera. As transformações processadas na região vêm alterando o perfil das economias locais, da sua área de influência direta e indireta, assim como tem conferido a Macaé, principal base logística do complexo de exploração e produção de petróleo e gás da Bacia de Campos, caráter de centro dinâmico regional. Contudo, o novo fluxo de investimentos direcionados para o eixo Norte do Estado, após maturação dos principais investimentos motrizes, consolidará um novo centro dinâmico na região, mais localizado em São João da Barra e em Campos dos Goytacazes, ao redesenhar uma nova estrutura econômica, bem como quebrar a hegemonia de Macaé como centro dinâmico.

O objetivo deste artigo é analisar o perfil de especialização produtiva dos municípios da Região Norte do Estado do Rio de Janeiro

acrescida dos municípios da Zona de Produção Principal (ZPP) de Exploração de Petróleo e Gás da Bacia de Campos, que não fazem parte da região Norte, mas delimitam uma região produtiva. Acrescenta-se que serão utilizadas duas fontes de dados com recortes temporais distintos. Os Censos Demográficos fomentarão análises e indicadores desde 1970 até 2015. Os dados da RAIS serão utilizados para análise da última década, quando se observou crescimento significativo, em termos relativos e absolutos, do emprego formal no país. O perfil produtivo será analisado por meio Quociente Locacional (QL), que é uma medida de localização e pelo Coeficiente de Reestruturação que é uma medida regional, que constituem métodos de análise regional tradicional, conforme Haddad *et. al.* 1989.

Na segunda seção, fazem-se considerações relacionadas ao campo teórico da economia regional. Na terceira, discorrer-se-á sobre a metodologia e, na quarta, são analisados os resultados e, finalmente, na quinta seção, serão feitas as considerações finais.

Reestruturação econômica e produtiva

Para uma melhor compreensão das mudanças e dinâmicas econômicas e produtivas em curso na Zona de Produção Principal da Bacia de Campos, recorreu-se inicialmente aos principais debates teóricos surgidos a partir da década de 1930 sobre economia regional. A evolução dos fundamentos das principais teorias desse período será apresentada em três fases, conforme abordagem de grande parte da literatura especializada. A primeira fase inicia-se na década de 1930 e vai até meados da década de 1970, período conhecido como keynesiano; a segunda fase, conhecida como liberal, inicia-se em meados da década de 1970 e vai até a década de 1990, a partir da qual a maior referência é a da teoria do crescimento endógeno.

Interessa para a análise, principalmente, as duas últimas fases, tendo em vista que a exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos iniciam-se em meados da década de 1970, com a instalação da unidade da Petrobras no município de Macaé, região Nortefluminense. No entanto, considera-se importante identificar, mesmo que de forma resumida, os principais fundamentos de cada uma das fases.

No período keynesiano, segundo Diniz e Crocco (2006), as políticas regionais se caracterizam por serem do tipo *Top-Down*, com ênfase na demanda e na correção das disparidades inter-regionais. A argumentação de Keynes era a de que havia necessidade de redistribuição de renda e de políticas de bem-estar para estimular a

demanda nas regiões menos desenvolvidas, colocando em questionamento a hipótese da existência de mecanismos automáticos de correção dos mercados, entre eles o de trabalho, certamente o mais importante nessa abordagem. Os principais pressupostos teóricos eram a concorrência imperfeita, os rendimentos crescentes e as externalidades.

Em sua análise da abordagem keynesiana Brandão (2007, p. 63) ressalta que:

Muitas contribuições, de cunho eminentemente prático, foram delineadas, informando propostas de políticas públicas que buscassem a redução das disparidades regionais de renda, assentadas em mecanismos compensatórios de transferência de renda e gastos públicos estratégicos, sobretudo em capital social básico.

Entre as principais estratégias e políticas que visavam ao desenvolvimento regional, Diniz e Crocco (2006) identificam: (i) os polos de crescimento, que consistiam em priorizar o setor industrial em regiões atrasadas via ação estatal, (ii) mecanismos de compensação para regiões atrasadas, sendo os incentivos fiscais a ação mais recorrente, (iii) investimentos estratégicos do setor público tanto em infraestrutura quanto na instalação de empresas estatais nessas regiões quando a iniciativa privada não apresentava interesse, e (iv) restrições à localização de atividades em determinadas regiões, em uma tentativa de direcioná-las para outras regiões.

Nas décadas de 1950 e 1960, o debate sobre o desenvolvimento regional e urbano foi influenciado por todas as correntes principais das chamadas teorias do desenvolvimento econômico. O debate internacional e nacional foi transposto diretamente para a escala regional. Segundo Brandão (2006, p. 63) “[...] talvez a maior influência tenha partido das formulações de Hirschman (1958), vendo o processo de desenvolvimento como uma cadeia de desequilíbrios, e de Myrdal (1957), com sua teoria da causação circular acumulativa”.

Segundo Brandão, a grande riqueza desses autores encontra-se no tratamento dado “às questões das heterogeneidades estruturais das economias periféricas”, a partir das “macrodecisões por um agente privilegiado – o Estado ou outra unidade dominante”, como a grande empresa, em um ambiente resultante da integração de uma gama diversificada de decisões importantes. “Seria o Estado o agente privilegiado para avaliar e realizar a síntese das inúmeras cadeias de

reações provocadas pelas múltiplas decisões” (BRANDÃO, 2006, p. 64).

As principais deficiências dessa abordagem teórica apontadas por Diniz e Crocco (2006) dizem respeito à crença excessiva nos mecanismos puramente econômicos no enfrentamento das desigualdades regionais. Destaca que aspectos que são valorizados atualmente como os institucionais, culturais, a tradição e o hábito não eram considerados nos modelos utilizados, o que dificultava o enraizamento dos mecanismos de crescimento e a vinculação mais estreita das políticas adotadas com as capacidades locais.

O segundo período que se inicia na segunda metade da década de 1970 e se estende até a década de 1990 é denominado neoliberal. Segundo Oliveira (2008, p. 122), este período “é delimitado pelas mudanças no padrão produtivo, quando se verifica a incorporação das inovações geradas pelas novas tecnologias informacionais e dos avanços tecnológicos dos sistemas de comunicação, informação e transportes [...]”. Já não há mais consenso a respeito da eficácia dos instrumentos de política econômica *keynesianos*, tendo em vista a séria crise da economia mundial neste período, marcada pela “crise do petróleo” e por fortes pressões inflacionárias.

A produção teórica em economia retoma, nesse período, as concepções que entendiam que os mecanismos de mercado são capazes de promover o crescimento, em longo prazo, de forma sustentada e as intervenções do Estado, na economia, seriam prejudiciais, pois inviabilizariam a sua trajetória natural. As políticas econômicas desse período são denominadas de *Supply Side*, e a crença era de que o crescimento econômico deveria ser obtido não mais por meio de políticas de incentivo à demanda, mas por meio das melhorias das condições de oferta. Entre os exemplos de políticas dessa fase, citados por Diniz e Crocco (2006), estão a flexibilização do mercado de trabalho, a redução significativa dos encargos pagos pelas empresas e aumento do investimento em capital humano.

Conforme ressalta Oliveira (2008), as novas tecnologias bem como a maior capacidade de comunicação e de circulação de mercadorias tornam-se os fatores decisivos para o desenvolvimento. Acredita-se que a tecnologia tem a capacidade de eliminar fronteiras e que a globalização é capaz de disseminar conhecimento, inclusive o técnico. Dessa forma, a nova concepção de desenvolvimento regional é baseada na atratividade do local às demandas empresariais:

As regiões nesta concepção adquirem uma espécie de autonomia em que seu

‘desenvolvimento’ depende das condições de que dispõem para se ‘oferecerem’ no mercado enquanto espaço privilegiado para a localização de empresas (OLIVEIRA, 2008, p. 124).

A elaboração teórica quanto às políticas de desenvolvimento regional sofrem significativas reformulações: (i) incorporação de aspectos institucionais no entendimento da dinâmica regional e, (ii) valorização da capacitação local para o combate às desigualdades regionais, com ênfase na competitividade, mensurada na inserção internacional, como elemento primordial do desenvolvimento. Essa concepção implica um enfoque na inovação, nas economias do conhecimento e nos mecanismos que facilitam esses processos como as *redes*, contatos *face a face*, *regiões que aprendem*, *sistemas regionais de inovação*, entre outros (Diniz e Crocco, 2006).

É sobre esses pressupostos que se estrutura a terceira fase da teoria do desenvolvimento, a do crescimento endógeno. De forma diferenciada dos modelos tradicionais, que se baseiam na instalação de uma grande empresa com capacidade de encadeamentos a montante e a jusante, o modelo de crescimento endógeno baseia-se na articulação entre as políticas públicas em âmbito local e o fortalecimento dos elos entre iniciativa privada e sociedade civil.

Grande parte da literatura apresenta essa terceira fase de duas formas: (i) teoria do crescimento endógeno, que reconhece as externalidades econômicas, como os recursos tecnológicos e os capitais, mas apresenta como principal elemento os investimentos institucionais para que as regiões se tornem competitivas, gerando uma especialização espacial; (ii) proximidade geográfica, em que os elementos primordiais são os acordos sociais, culturais e institucionais locais. Dessa forma, valorizam-se os vínculos de proximidade e associação que passam a se constituir em fonte de conhecimento e aprendizagem bastante valorizados (Oliveira, 2008).

Segundo Passos e Silva Neto (2008):

Desse modo, a grande novidade trazida por esse modelo é que, em vez de atração de grandes investimentos, o modelo de desenvolvimento endógeno busca alcançar o desenvolvimento a partir do incentivo à criação de pequenas e médias empresas (PME), do fortalecimento das empresas locais, da melhoria da infraestrutura urbana

(comunicação, transporte e saneamento), produtiva (equipamentos, insumo, tecnologia) e social (escolas e hospitais), da constante qualificação da mão de obra local, da existência de serviços de apoio tecnológico e de assessorias financeiras, podendo ser através de parcerias com centros universitários de pesquisa e desenvolvimento e da criação de incubadoras de empresas, do forte apoio à elaboração de novos tipos de relações empresariais, como cooperativas, consórcios e empresas comunitárias, e da promoção da imagem do município, através de investimentos em publicidade que visem atrair investimentos qualitativos e compatíveis com a realidade local (PASSOS e SILVA- NETO, 2008, p. 130).

Os referidos autores alertam para o fato de que apesar dessas novas variáveis voltadas para a promoção do desenvolvimento endógeno, observa-se em muitos lugares que os responsáveis pelas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento privilegiam ainda a perspectiva dos investimentos predominantemente exógenos e destacam entre estes os municípios beneficiários das compensações financeiras (royalties e participações especiais) provenientes da exploração e produção de petróleo. Argumentam que “a visão de desenvolvimento local que privilegia a concepção exógena tem levado estes municípios a converterem parte dos royalties que recebem numa profunda guerra por investimentos” (PASSOS e SILVA- NETO, 2008, p. 132).

Feitas essas considerações acerca do debate teórico sobre a economia regional, em que procurou-se compreender as mudanças e dinâmicas que reestruturam a produção e a economia, buscam-se evidências empíricas das mudanças em curso na estrutura produtiva dos municípios da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos e norte fluminense.

No caso em análise, existe a influência de vários fatores apresentados nas abordagens teóricas neoliberais e também pela teoria do crescimento endógeno e da proximidade geográfica que auxiliarão na interpretação dos dados. Os processos de mudanças são complexos e a tensão entre o velho e novo se farão presentes, com modificações que se encadearão ao longo do tempo, com diferentes intensidades, formas e relações. Ressalta-se a impossibilidade de transplantar uma

determinada teoria para a realidade empírica, tornando-se um desafio identificar a partir das novas especializações dos municípios aquelas que podem ser interpretadas à luz das questões e referências propostas pelas teorias anteriormente apresentadas.

Nesse sentido, para concretizar o aporte teórico metodológico utilizado neste trabalho, é necessário trazer à tona a dimensão espacial do desenvolvimento regional e definir o conceito de região operacionalizado para análise.

Ao considerar toda a complexidade ou mesmo a impossibilidade de se definir um conceito unívoco de região, argumenta-se nas palavras de Cunha, Simões e Paula (2008):

O que há é a necessidade fundamental de se questionar acerca dos princípios ou motivações que promovem a segmentação analítica do espaço; é essa pergunta basilar que define epistemologicamente o termo região e que aproxima o problema mais do território metodológico do que do conceitual (CUNHA, SIMÕES e PAULA, 2008, p. 497).

Ao se colocar a região no centro da análise, coloca-se em questão qual o processo, seja ele natural, político, econômico ou social, que se pretende entender quando se fragmenta o espaço em subespaços específicos. Busca-se, neste contexto, entender se é possível e adequado tratar como região determinado fenômeno ou grupo social circunscrito e integrado em um espaço bem demarcado por características naturais e; em outra abordagem, se o problema tratado pode ser reconfigurado em uma outra segmentação espacial, interna ao primeiro ou que o circunscreva em uma dimensão mais ampla (CUNHA, SIMÕES e PAULA, 2008).

Controverso e impreciso, o conceito de região vem sendo tratado de forma diversa nos trabalhos geográficos, em particular, e nas ciências sociais em geral. Segundo Cunha, Simões e Paula (2008) o ponto de convergência de várias proposições é a:

distinção clássica entre “geografia”, estabelecendo relações gerais entre os fenômenos, e a “corografia”, que descreve a partir de itinerários as especificidades dos limites de um território, encaminha a percepção do espaço particularizado em sua relação com um conjunto mais amplo (CUNHA, SIMÕES e PAULA, 2008, p. 498).

Esse ponto de convergência lança luz sobre dois pontos que dificultam a operacionalização do conceito de região: a dimensão do recorte e os critérios que orientam a segmentação

O recorte de uma região precisa dialogar com a totalidade do espaço segmentado, definir o nível em que se fracionará e por quais variáveis vai ser orientado esse fracionamento do espaço (CUNHA, SIMÕES e PAULA, 2008, p. 498).

Sem pormenorizar e aprofundar na História do Pensamento Geográfico, que foge totalmente aos objetivos deste artigo, com o desenvolvimento da questão no final do século XX, a dimensão econômica ganha espaço na ciência geográfica, dando “lugar por fim à corrente normalmente referida como geografia pragmática e que comporta e aprofunda o conceito próprio de ‘região funcional’ em suas análises” (CUNHA, SIMÕES e PAULA, 2008, p. 500).

A partir desses desenvolvimentos emerge um campo para os estudos regionais que se estrutura na noção de região funcional articulada “a partir da análise da espacialidade das relações econômicas” (CUNHA, SIMÕES e PAULA, 2008, p. 501).

Trata-se de um modelo caracterizado não a partir da uniformidade/identidade de paisagens ou produções, mas pelas trocas e fluxos organizados pelas relações de mercado. A noção de região seria diretamente associada à ideia de rede urbana (CUNHA, SIMÕES e PAULA, 2008, p. 501).

É nessa perspectiva que se delimitou a região de estudo deste trabalho, conformada pelos municípios da Zona de Produção Principal (ZPP) de Exploração de Petróleo e Gás da Bacia de Campos, como delimitação de uma região produtiva.

Nesses termos, justifica-se também a utilização de métodos tradicionais de análise regional e urbana, no caso as medidas de localização e especialização. Em particular, utilizou-se o Quociente Locacional, que é uma medida de localização de natureza setorial, e o Coeficiente de Reestruturação, que se trata de uma medida de especialização, cuja análise se centra sobre mudanças na estrutura produtiva interperíodos.

Segundo Simões, 2005, a utilização mais comum do QL é na definição de atividades básicas e não básicas oriundas das Teorias de Base de Exportação, Base Econômica e Base Urbana, contudo o autor enumera alguns trabalhos nos quais o QL foi utilizado para outros fins, conforme se segue:

Caracterizações iniciais em trabalhos sobre redes interurbanas (FERREIRA, 1995); redes intermetropolitanas (ALVIM, 1996); potencialidades microrregionais (LEMOS e SIMÕES, 1992); além de todo o aparato de construção de matrizes interregionais de insumo-produto a partir de matrizes nacionais (SIMÕES, 2005, P. 8).

Para os objetivos deste trabalho, as medidas apresentadas respondem à questão que se investiga e apresenta aderência com a literatura da economia regional.

Fonte de dados, recorte geográfico e método

Fontes de dados

Relação Anual De Informações Sociais (RAIS)

Como variável base para o estudo, foram utilizados os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) que se trata de um registro administrativo com periodicidade anual e tem como unidade de coleta o estabelecimento. Esse registro administrativo fornece informações sobre a mão de obra ocupada nos diversos setores de atividade econômica em 31 de dezembro de cada ano.

A RAIS só coleta informações sobre a mão de obra ocupada segundo relações formais de trabalho. Dessa forma, não são registrados: diretores sem vínculo empregatício, para os quais não é recolhido FGTS; autônomos; eventuais; ocupantes de cargos eletivos (governadores, deputados, prefeitos, vereadores, etc.), a partir da data da posse, desde que não tenham feito opção pelos vencimentos do órgão de origem; estagiários regidos pela Portaria MTPS nº 1.002, de 29 de setembro de 1967, e pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; empregados domésticos regidos pela Lei nº 11.324/2006 e cooperados ou cooperativados (MTE, 2012).

O dados também podem carregar erros de classificação de ocupações e setores de atividade, já que que são classificadas pela empresa declarante, contudo, deve-se considerar que a modernização

do sistema de coleta, bem como as notas técnicas divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego contribuem para a diminuição de inconsistências dessa natureza. Uma restrição levantada por Suzigan et al (2003) refere-se à uniformização das informações em termos setoriais e territoriais, quando o declarante possui múltiplas plantas dispersas no território.

Quanto a isso, existe orientação do Ministério do Trabalho indicando a forma correta de informação por unidade territorial de localização do empreendimento, o que não impede que existam informações incorretas nesse sentido, porém não é a regra.

A empresa/entidade que possui filiais, agências ou sucursais deve declarar a RAIS separadamente, por estabelecimento (local de trabalho), entendido como tal todos aqueles sujeitos à inscrição no CNPJ, na categoria de órgão-estabelecimento. No caso dos órgãos da administração pública direta ou indireta, a RAIS de cada órgão-estabelecimento deve ser fornecida separadamente, por local de trabalho dos empregados/servidores (disponível em http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/declarar.asp; acessado em 11 – junho – 2012).

Outra restrição levantada, não somente por Suzigan et al (2003) como também por Crocco et al (2001) e Haddad (1989), entre outros autores, é de que a RAIS não capta os ganhos de produtividade provenientes de inovação tecnológica. Disso resulta que regiões com menor volume de emprego podem apresentar produção física maior do que uma região tecnologicamente atrasada e com processos intensivos em mão de obra.

Censo Demográfico

Os censos demográficos são realizados decenalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e trata-se de um levantamento minucioso com cobertura nacional, que coleta informações de diversas naturezas sobre os residentes, tendo como unidade de coleta o domicílio.

As informações sobre pessoas ocupadas coletadas pelos Censos Demográficos incluem tanto as relações formais quanto informais de trabalho. Nesse ponto, as informações diferem daquelas coletadas pela RAIS, que se referem somente a relações formais de trabalho.

Outro ponto a se destacar é a unidade de coleta das informações, enquanto a RAIS, por se tratar de registro administrativo, é coletada no estabelecimento, o Censo é coletado no domicílio, ou seja, no local de residência da pessoa ocupada.

Nesse sentido, o indicador de especialização calculado pelo Censo, não necessariamente reflete a especialização do território de residência, mas o local de trabalho. A RAIS por sua vez, reflete a especialização do local de instalação do estabelecimento que prestou as declarações, independentemente do local de moradia do trabalhador.

Assim, é natural que os dois indicadores não sejam iguais, contudo é esperado, que na região de estudo eles sejam próximos em virtude do intenso deslocamento pendular da mão de obra por motivo de trabalho.

Zona de Produção Principal

O pagamento de indenização pela exploração de petróleo, xisto betuminoso e gás é previsto desde a Lei 2004 de 03 de outubro de 1953, que cria a Petrobras. O Art. 27 que trata da questão, imputa uma indenização de 5% sobre o valor do óleo, xisto ou gás extraídos aos estados e territórios onde se localizem as lavras. A indenização para a extração *off shore* só é prevista a partir de 1986, quando se cria o conceito de plataforma continental e o IBGE desenvolve método para determinar estados, territórios e municípios confrontantes a poços produtores. O Art. 4º da Lei 7525 de 22 de julho de 1986, classifica os municípios que compõem as áreas geoeconômicas definidas pelo IBGE em três tipos, segundo os quais variará o percentual de compensações recebidas: (i) Zona de Produção Principal composta pelos municípios confrontantes e os municípios onde estiverem localizadas três ou mais instalações de apoio à exploração, produção e ao escoamento do petróleo e gás natural; (ii) Zona de Produção Secundária composta pelos municípios atravessados por oleodutos ou gasodutos e, (iii) Zona Limítrofe à Zona de Produção Principal composta pelos municípios contíguos aos da Zona de Produção Principal, bem como pelos Municípios que sofram as consequências sociais ou econômicas da produção ou exploração do petróleo ou do gás natural.

Segundo o enquadramento da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em dezembro de 2009 os municípios produtores de petróleo do Rio de Janeiro e que pertencem a Zona de Produção Principal da Bacia de Campos, excluída a capital, Rio de Janeiro, eram 15: Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São

João da Barra, Parati, Maricá, Angra dos Reis, Niterói e Duque de Caxias.

Método

O Quociente Locacional (QL) é uma das medidas locacionais e de especialização mais utilizada em economia regional e urbana. Trata-se de um instrumento de análise regional de natureza descritiva e exploratória. O QL compara a participação percentual de uma região j em um setor de atividade econômica i, com a participação percentual da mesma região j na economia de referência (Haddad, 1989). O quociente é representado pela fórmula:

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij} / E_i}{E_j / E..}$$

Em que E_{ij} é o total de ocupados no setor i da região j; E_{ij} é o total de ocupados no setor i da região j; E_i é total de ocupados no setor i em todas as regiões; E_j é total de ocupados na região j em todos os setores e $E..$ é o total de ocupados em todos os setores na região de referência.

O indicador calculado pode ser maior, menor ou igual a unidade e segundo o valor assumido, tem a seguinte interpretação:

QL > 1, indica que a região é mais importante, na escala de análise, em termos do setor i, do que em termos gerais de todos os setores;

QL = 1, indica que a região tem a mesma importância, na escala de análise, no setor i, relativamente aos demais setores;

QL < 1, indica que a região é menos importante, na escala de análise, em termos do setor i, do que em termos gerais de todos os setores.

Como os valores oscilam em torno da unidade, em algumas aplicações é comum considerar QL superiores a dois, ou outro valor, para designar especializações relevantes.

O Coeficiente de Reestruturação (CT_j) é uma medida regional, que relaciona a estrutura setorial do emprego de uma região j entre dois períodos, com a finalidade de identificar mudanças estruturais que refletem mudanças na composição setorial da região (Haddad, 1989). O indicador varia de zero a um, sendo que valores próximos de zero indicam que a estrutura setorial do emprego da região não se alterou no período e valores próximos de um indicam reestruturação profunda na estrutura setorial da região. O

$$CT_j = \frac{\dot{a} \left(|{}_i e_j^{t_1} - {}_i e_j^{t_0}| \right)}{2}$$

${}_i e_j$ Participação percentual do setor i no total de emprego da região j

t_1 Período final

t_0 Período inicial

Algumas limitações técnicas e conceituais acerca do indicador podem ser esclarecidas em Haddad (1989:242).

Estrutura produtiva da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos e Norte Fluminense

Essa seção apresenta a evolução da estrutura produtiva dos municípios da ZPP acrescidos de mais quatro municípios da região norte fluminense⁵, de 1970 a 2010. Optou-se por acrescentar esses municípios em função do fluxo de investimentos produtivos em curso na região, que se somarão à economia do petróleo, contudo, impactando não apenas nos municípios que sediarão os investimentos, como também transbordando para os demais municípios da região da área de influência direta e indireta dos empreendimentos.

A década de 1970 é o divisor de águas da estrutura produtiva e econômica da região Norte fluminense e que atinge todos os municípios que compõem a Zona de Produção Principal da Bacia de Campos. Longe de ser fruto de uma política específica para o desenvolvimento de uma região em particular, o divisor de águas foi a instalação da indústria de extração de petróleo e gás, em virtude da descoberta de grandes reservas de petróleo na plataforma continental da região Norte do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, a instalação dessa indústria de base em Macaé é mais uma herança dos esforços de promover a industrialização no país, quando se criaram as indústrias de base, infraestrutura e energia, tendo o Estado como o principal agente e indutor desse processo. Citam-se, como resultado desse esforço, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, e a Petrobras, em 1952. Como se verá, a política que poderia manter a estrutura produtiva da região Norte Fluminense, ancorada no setor sucroalcooleiro, o Proálcool, não produziu efeitos expressivos na estrutura setorial de emprego.

⁵ São João da Barra, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e Cardoso Moreira.

É nítida a tendência de mudança no padrão produtivo na região que, no intervalo de 40 anos, apresenta queda em termos absolutos e relativos da participação das atividades agropecuárias no emprego total de cada município. A participação do setor agropecuário no emprego total de todos os 18 municípios, caiu de 18,44%, em 1970, para 2,98%, em 2010. Em Campos dos Goytacazes, a participação do emprego desse setor no total de emprego do município, declinou mais de 30 pontos percentuais, passando de 37,13%, em 1970, para 5,25%, em 2010. O declínio do setor agropecuário cedeu lugar para a indústria de extração de petróleo e gás que se instala em Macaé, por força da localização dos recursos naturais. A localização dessa fonte de recursos, embora não condicione a localização de grande parte da indústria de transformação, que utiliza a matéria-prima, determina a localização de uma série de empresas que fazem parte da cadeia produtiva de extração de petróleo e gás, na década de 1970.

Em 1970, a indústria de extração de petróleo e gás praticamente inexistia no conjunto de municípios, contudo, em 1980, o setor já é responsável em Macaé por 3,48% do emprego total do município e, em 2010, por 8,97%. A participação relativa, somente do município de Macaé, não reflete os postos de trabalho gerados no município, mas o engajamento da mão de obra residente. Assim, observa-se o efeito de transbordamento dessa indústria sobre a ocupação dos demais municípios da região que, em 2010, trabalhavam no setor de extração de petróleo e gás em Macaé. Nos demais municípios, pelos dados da RAIS, não existiam estabelecimentos desse setor, os trabalhadores se deslocavam diariamente ou trabalhavam em regime de confinamento nas plataformas de exploração de petróleo: (i) 4,28% dos ocupados de Carapebus; (ii) esse percentual é de 2,03% de Campos; (iii) 2,05% de Quissamã; (iv) 2,92% de São Fidélis e (v) 7,68% de Rio das Ostras.

Esse último, apesar da Zona Especial de Negócios instalada na divisa do município com Macaé, apresenta especialização produtiva no setor, quando se calcula o QL com base nos dados censitários, que refletem a residência do trabalhador e não a localização do empreendimento. Cumpre ressaltar que esse município apresentou forte crescimento populacional na última década (10,5 a. a), tendo se firmado ao longo dos anos com local privilegiado para residência dos trabalhadores de Macaé, especialmente os mais bem qualificados, retratando uma preferência pela qualidade de vida e menores preços do lote urbano, vis-à-vis à Macaé.

A indústria de transformação, a exemplo do país como um todo, perde participação no emprego total no período, em virtude do

processo de abertura comercial, no início da década de 1980, que desencadeou um processo de reestruturação produtiva. Esse processo, de forma bastante sumária, materializou-se sob forma de forte modernização do processo produtivo, fruto de políticas de orientação neoliberal, ditadas pelas potências hegemônicas desde os anos 1970. Esse paradigma emergente não só concedia certa liberdade de localização às empresas, como também lhes permitia quebrar e distanciar partes do processo de produção de um mesmo produto, produzindo, uma certa *desterritorialização* da produção.

Tabela 1: Evolução da participação do emprego na agricultura, indústria de transformação e extração e produção de petróleo e gás para municípios selecionados – 1970-2010

| Municípios | AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA (%) | | | | | INDÚSTRIA EXTRATIVA E DE TRANSFORMAÇÃO (EXCETO EXTRAÇÃO DE P&G) (%) | | | | | EXTRAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (%) | | | | |
|-----------------------------|--|------|------|------|------|---|------|------|------|------|---|------|------|------|------|
| | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2010 | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2010 | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2010 |
| Angra dos Reis | 31,0 | 9,0 | 6,7 | 3,7 | 2,4 | 20,4 | 20,4 | 14,1 | 5,6 | 13,2 | 0,0 | 0,0 | 0,3 | 0,3 | 0,6 |
| Armação dos Búzios | | | | 2,3 | 2,6 | | | | 3,8 | 3,1 | | | | 0,1 | 0,4 |
| Cabo Frio | 12,2 | 6,5 | 5,1 | 3,5 | 2,8 | 25,0 | 15,3 | 7,5 | 6,6 | 6,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,6 |
| Campos dos Goytacazes | 37,1 | 22,4 | 14,3 | 7,8 | 5,2 | 10,1 | 14,5 | 12,9 | 11,4 | 9,2 | 0,0 | 0,2 | 1,2 | 1,4 | 2,1 |
| Carapebus | | | | 6,9 | 13,0 | | | | 14,1 | 8,5 | | | | 4,1 | 4,3 |
| Cardoso Moreira | | | | 29,4 | 22,2 | | | | 8,3 | 5,3 | | | | 1,2 | 1,7 |
| Casimiro de Abreu | 48,3 | 31,6 | 14,5 | 8,4 | 4,5 | 1,6 | 3,8 | 6,0 | 5,3 | 7,5 | 0,0 | 0,1 | 1,0 | 0,6 | 1,5 |
| Conceição de Macabu | 46,2 | 32,9 | 16,3 | 13,5 | 10,8 | 12,8 | 13,3 | 12,9 | 6,6 | 6,8 | 0,0 | 0,2 | 1,2 | 2,7 | 2,1 |
| Duque de Caxias | 2,5 | 0,8 | 0,8 | 0,5 | 0,6 | 20,7 | 26,8 | 22,0 | 16,4 | 13,6 | 0,0 | 0,1 | 0,2 | 0,1 | 0,7 |
| Macaé | 36,0 | 21,8 | 11,1 | 4,9 | 2,1 | 7,2 | 10,9 | 8,0 | 6,9 | 7,5 | 0,0 | 3,5 | 7,6 | 8,6 | 9,0 |
| Maricá | 44,6 | 15,3 | 6,9 | 3,0 | 1,5 | 9,9 | 8,4 | 7,8 | 6,0 | 6,2 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,6 |
| Niterói | 1,5 | 1,0 | 0,8 | 0,8 | 0,4 | 8,6 | 11,6 | 9,1 | 6,9 | 5,7 | 0,0 | 0,0 | 0,3 | 0,2 | 1,3 |
| Parati | 73,7 | 39,6 | 23,7 | 14,3 | 9,5 | 1,1 | 4,0 | 5,9 | 3,9 | 4,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Quissamã | | | 31,5 | 18,6 | 10,7 | | | 15,7 | 13,5 | 5,3 | | | 1,4 | 2,1 | 2,0 |
| Rio das Ostras | | | | 3,6 | 1,8 | | | | 5,2 | 6,3 | | | | 1,8 | 7,7 |
| São Fidélis | 65,9 | 42,7 | 29,3 | 21,0 | 19,2 | 5,3 | 8,5 | 8,1 | 8,1 | 7,0 | 0,0 | 0,0 | 0,2 | 0,9 | 2,9 |
| São Francisco de Itabapoana | | | | 40,4 | 32,6 | | | | 5,6 | 4,7 | | | | 0,2 | 1,7 |
| São João da Barra | 67,1 | 56,4 | 49,0 | 19,5 | 14,0 | 15,4 | 11,6 | 7,8 | 10,1 | 6,7 | 0,0 | 0,0 | 0,2 | 0,8 | 0,8 |
| Total | 18,4 | 9,9 | 6,9 | 4,4 | 3,0 | 13,3 | 17,4 | 14,1 | 10,4 | 9,1 | 0,0 | 0,2 | 0,8 | 1,0 | 2,0 |

Nota: Os valores relativos referem à participação do setor no total de emprego do município

Fonte: Censos Demográficos de 1970 a 2010 – IBGE

O emprego na construção civil aumenta a participação ao longo desses 40 anos, especialmente, nos municípios menores na última década. Esse setor acompanha o processo de urbanização da população brasileira, que demanda a construção de novas edificações e obras de infraestrutura urbana, o que mantém a estabilidade do setor. Na última década, o setor foi impulsionado por uma série de medidas, entre elas: aumento dos recursos para financiamento imobiliário; política habitacional para população de baixa renda com fortes subsídios estatais; obras civis decorrentes dos grandes eventos realizados e a realizar no Brasil e, em particular, no Estado do Rio de Janeiro; grande

fluxo de investimentos na região Norte do Estado, como a construção do Complexo Industrial e Logístico do Porto do Açú em São João da Barra e o complexo da Barra do Furado, em Quissamá e Campos dos Goytacazes.

A reestruturação produtiva em face da necessidade do aumento da produtividade requer processos cada vez mais automatizados e racionalizados, demandando mobilização de menor número de trabalhadores relativamente ao crescimento da produção. Por outro lado, a modernização da indústria demanda uma gama de novos serviços do setor terciário, resultando no aumento do emprego do setor. Nos municípios da ZPP, esse processo é refletido no aumento em termos absolutos e relativos dos setores de comércio e serviços.

À exceção de Macaé, que sedia a base de operações da indústria petrolífera, de Rio das Ostras, que implantou uma Zona Especial de Negócios, que conta com mais de vinte empresas instaladas, e Duque de Caxias que sedia uma refinaria, os demais municípios participam da indústria do petróleo apenas pelo recebimento de royalties e participações especiais. Esses recursos tornaram-se significativamente mais abundantes a partir de 1997, com vigência da Lei do Petróleo. A contrapartida do afluxo de recursos para os municípios pequenos e com baixa diversificação produtiva é o aumento do emprego no setor público local. A participação do emprego na administração pública, em Niterói, cai ao longo das quatro décadas, ao passo que em Casimiro de Abreu aumenta de 6,31%, em 1970, para 14,43%, em 2010. Em Duque de Caxias cai de 9,46%, em 1970, para 3,97%, em 2010; em contraposição, em São Fidélis aumenta de 4,49% para 13,60%, em 2010.

Tabela 2: Evolução da participação do emprego na construção civil, comércio e serviços; administração e segurança pública e segurança nos municípios selecionados – 1970-2010

| Municípios | CONSTRUÇÃO CIVIL (EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURA) | | | | | SERVIÇOS E COMÉRCIO | | | | | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SEGURANÇA | | | | |
|-----------------------------|---|------|------|------|------|---------------------|------|------|------|------|--------------------------------------|------|------|------|------|
| | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2010 | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2010 | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2010 |
| Angra dos Reis | 7,2 | 16,1 | 13,2 | 14,5 | 14,6 | 30,7 | 47,2 | 59,9 | 66,2 | 61,9 | 10,7 | 7,4 | 5,8 | 9,6 | 7,2 |
| Armação dos Búzios | | | | 14,8 | 13,4 | | | | 71,8 | 73,7 | | | | 7,2 | 6,7 |
| Cabo Frio | 15,1 | 17,9 | 13,5 | 15,0 | 14,2 | 40,6 | 54,3 | 67,3 | 67,4 | 68,8 | 7,1 | 5,9 | 6,5 | 7,4 | 7,5 |
| Campos dos Goytacazes | 5,4 | 8,7 | 6,8 | 8,5 | 11,2 | 40,9 | 49,7 | 60,5 | 64,5 | 66,0 | 6,5 | 4,5 | 4,3 | 6,4 | 6,3 |
| Carapebus | | | | 7,4 | 11,6 | | | | 46,2 | 49,6 | | | | 21,4 | 13,0 |
| Cardoso Moreira | | | | 7,4 | 9,0 | | | | 46,8 | 51,9 | | | | 6,9 | 10,0 |
| Casimiro de Abreu | 17,0 | 20,7 | 17,8 | 10,5 | 14,4 | 26,9 | 34,3 | 56,2 | 65,4 | 57,6 | 6,3 | 9,5 | 4,5 | 9,8 | 14,4 |
| Conceição de Macabu | 5,4 | 13,7 | 10,1 | 13,1 | 12,7 | 31,2 | 36,0 | 53,7 | 52,5 | 58,3 | 4,4 | 4,0 | 5,8 | 11,6 | 9,2 |
| Duque de Caxias | 16,9 | 11,6 | 9,5 | 10,1 | 10,3 | 50,5 | 54,8 | 62,3 | 68,0 | 70,7 | 9,5 | 6,0 | 5,1 | 5,0 | 4,0 |
| Macaé | 7,8 | 10,7 | 8,7 | 9,9 | 11,0 | 40,7 | 47,9 | 59,5 | 62,1 | 64,1 | 8,2 | 5,3 | 5,0 | 7,7 | 6,4 |
| Maricá | 8,9 | 19,8 | 17,2 | 18,3 | 15,0 | 31,7 | 51,2 | 62,2 | 66,7 | 68,8 | 4,8 | 5,3 | 5,8 | 5,9 | 7,9 |
| Niterói | 7,7 | 6,8 | 5,9 | 5,9 | 5,5 | 65,0 | 69,0 | 74,7 | 77,5 | 76,8 | 17,2 | 11,6 | 9,1 | 8,7 | 10,3 |
| Parati | 5,1 | 14,2 | 11,7 | 11,5 | 11,7 | 18,4 | 32,2 | 55,3 | 62,2 | 67,9 | 1,7 | 10,0 | 3,4 | 8,1 | 6,5 |
| Quissamã | | | 7,2 | 8,8 | 10,3 | | | 38,5 | 37,0 | 54,2 | | | 5,7 | 20,1 | 17,4 |
| Rio das Ostras | | | | 18,4 | 16,5 | | | | 63,1 | 60,6 | | | | 7,9 | 7,1 |
| São Fidélis | 3,5 | 8,3 | 6,8 | 7,8 | 8,7 | 20,8 | 35,3 | 48,3 | 52,3 | 48,7 | 4,5 | 5,2 | 7,3 | 9,9 | 13,6 |
| São Francisco de Itabapoana | | | | 7,6 | 8,9 | | | | 44,4 | 46,6 | | | | 1,8 | 5,4 |
| São João da Barra | 3,3 | 8,1 | 8,1 | 11,3 | 12,3 | 11,7 | 20,8 | 31,5 | 50,4 | 58,0 | 2,5 | 3,1 | 3,4 | 7,9 | 8,2 |
| Total | 10,0 | 10,2 | 8,7 | 9,8 | 10,7 | 48,0 | 55,0 | 63,6 | 67,4 | 68,3 | 10,3 | 7,1 | 6,0 | 7,0 | 7,0 |

Nota: Os valores relativos referem-se à participação do setor no total de emprego do município.

Fonte: Censos Demográficos de 1970 a 2010 – IBGE

Em linhas gerais, os dados analisados sugerem que os municípios menores são dotados de baixa capacidade técnica e os recursos provenientes da exploração de petróleo e gás promovem um inchaço da administração pública, produzindo um *keinesianismo* às avessas. Por outro lado, os municípios que procuram diversificar a estrutura produtiva, como é o caso de Rio das Ostras, a estratégia de desenvolvimento, embora se privilegie da proximidade física com Macaé, não procura articular as bases de um modelo de crescimento endógeno, ao contrário, busca atrair grandes empresas para o seu território em troca de infraestrutura e redução de impostos municipais.

A tabela 3 apresenta os dados do emprego setorial por município, segundo os dados da RAIS e do Censo Demográfico de 2010. Veja que apenas em Macaé os ocupados registrados pela RAIS superam em 28% os registrados pelo censo demográfico. As diferenças entre as fontes de dados refletem tanto a mobilidade espacial da força de trabalho, como relações informais de trabalho e, em menor medida, a data de referência da coleta, que no caso do Censo, é 1º de agosto e da RAIS é 31 de dezembro. No conjunto dos municípios da ZPP, como na maioria dos municípios brasileiros, ocorre uma combinação desses três fatores.

Um caso emblemático é o do setor de petróleo e gás. Note-se que pelos dados da RAIS, apenas em Angra dos Reis, Macaé, Niterói e em Rio das Ostras registram-se empreendimentos no setor, contudo, pelos dados do Censo, em todos os municípios existem ocupados nesse setor. Por ser esse o setor que move o crescimento econômico da região e cuja sede operacional encontra-se instalada em Macaé, é natural que o município se configure como um polo gerador de postos de trabalho ao longo dos anos. Contudo, o setor que em 2000, pelos dados da RAIS, só se fazia presente em Macaé, já marca presença em outros territórios em 2010, como é o caso do efeito de vizinhança em Rio das Ostras. Não obstante, já aparece também, em 2010, ocupados em Angra dos Reis, município da ZPP localizado mais ao Sul do Estado e em Niterói, na região metropolitana.

Tabela 3: Ocupados nos municípios selecionados segundo setores de atividade e dados da rais e censo - 2010

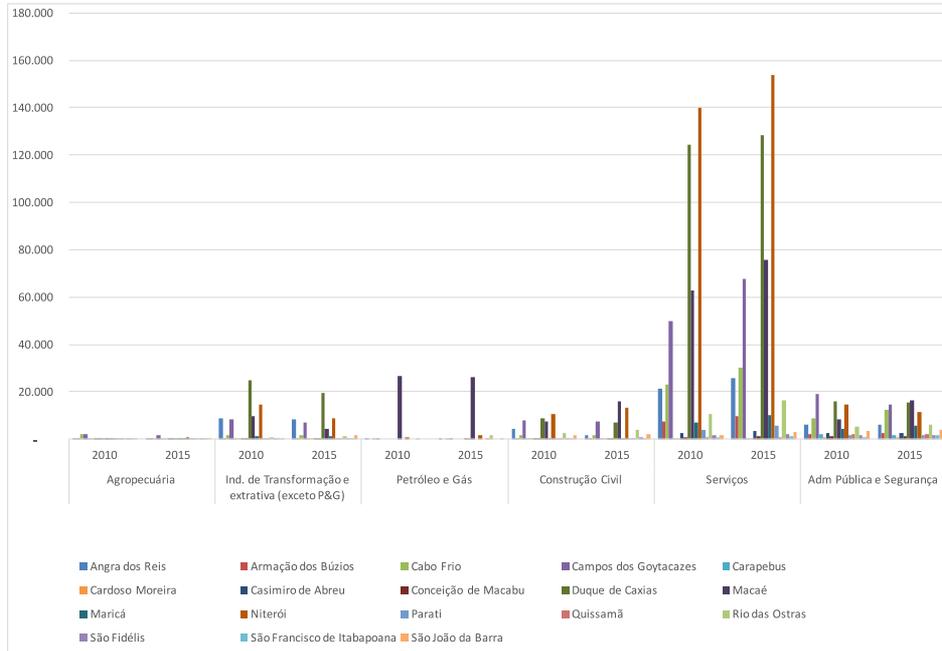
| Municípios | Agropecuária | | Ind. de Transf. e extrativa - P&G) | | Petróleo e Gás | | Construção Civil | | Serviços | | Adm Pública e Segurança | | Total | |
|-----------------------------|--------------|-------|------------------------------------|--------|----------------|-------|------------------|---------|----------|---------|-------------------------|-------|--------|---------|
| | RAIS | CENSO | RAIS | CENSO | RAIS | CENSO | RAIS | CENSO | RAIS | CENSO | RAIS | CENSO | RAIS | CENSO |
| Angra dos Reis | 188 | 1687 | 8999 | 9188 | 70 | 449 | 4.563 | 10.204 | 21.113 | 43.120 | 6.233 | 5028 | 41166 | 69676 |
| Armação dos Búzios | 23 | 334 | 91 | 405 | 0 | 56 | 201 | 1.754 | 7474 | 9618 | 2.077 | 880 | 9866 | 13047 |
| Cabo Frio | 2112 | 2315 | 1554 | 4966 | 2 | 506 | 1.532 | 11.579 | 22.969 | 56.160 | 8.826 | 6144 | 36995 | 81670 |
| Campos dos Goytacazes | 2.116 | 9.078 | 8250 | 15873 | 2 | 3593 | 8.091 | 19.392 | 49.822 | 114.249 | 19.099 | 10884 | 87380 | 173069 |
| Carapebus | 25 | 728 | 6 | 472 | 0 | 239 | 1 | 648 | 213 | 2.770 | 2.056 | 725 | 2301 | 5582 |
| Cardoso Moreira | 123 | 961 | 54 | 232 | 0 | 72 | 25 | 391 | 334 | 2250 | 921 | 432 | 1457 | 4338 |
| Casimiro de Abreu | 218 | 738 | 178 | 1224 | 0 | 252 | 356 | 2367 | 2.710 | 9.441 | 2.475 | 2365 | 5937 | 16387 |
| Conceição de Macabu | 250 | 988 | 102 | 622 | 0 | 191 | 5 | 1.162 | 793 | 5312 | 1.120 | 843 | 2270 | 9118 |
| Duque de Caxias | 55 | 2166 | 24820 | 45494 | 0 | 2398 | 8.670 | 34.497 | 124.582 | 236.319 | 15.831 | 13269 | 173958 | 334143 |
| Macaé | 449 | 1860 | 9655 | 6831 | 26.621 | 8.128 | 7.559 | 9.983 | 62.964 | 58.042 | 8.527 | 5765 | 115775 | 90609 |
| Maricá | 93 | 832 | 1307 | 3341 | 0 | 325 | 204 | 8.130 | 7122 | 37299 | 4.308 | 4267 | 13034 | 54194 |
| Niterói | 349 | 1008 | 14540 | 12744 | 973 | 3002 | 10.623 | 12.386 | 140.025 | 173.203 | 14.519 | 23145 | 181029 | 225488 |
| Parati | 72 | 1634 | 72 | 768 | 0 | 0 | 128 | 2.017 | 4036 | 11727 | 1.534 | 1124 | 5842 | 12720 |
| Quissamã | 225 | 863 | 192 | 430 | 0 | 165 | 56 | 831 | 717 | 4369 | 2.166 | 1401 | 3356 | 8059 |
| Rio das Ostras | 62 | 849 | 989 | 2997 | 221 | 3635 | 2.426 | 7.817 | 10468 | 28668 | 5.267 | 3373 | 19443 | 47339 |
| São Fidélis | 296 | 2890 | 380 | 1054 | 0 | 440 | 488 | 1306 | 1789 | 7341 | 1.848 | 2051 | 4801 | 15082 |
| São Francisco de Itabapoana | 457 | 4860 | 83 | 719 | 0 | 265 | 76 | 1.358 | 802 | 7087 | 985 | 826 | 2403 | 15215 |
| São João da Barra | 168 | 1874 | 381 | 892 | 0 | 108 | 1.747 | 1.654 | 1518 | 7772 | 3.583 | 1096 | 7397 | 13396 |
| Total | 7281 | 35579 | 71663 | 109804 | 27889 | 23876 | 46.751 | 127.133 | 459451 | 812647 | 101.375 | 83807 | 714410 | 1192846 |

Fonte: Censos Demográficos 2010 – IBGE e RAIS/Mte (2010).

Para períodos mais recentes, em destaque o período entre 2010 e 2015, só é possível a análise na escala municipal a partir os dados da RAIS (Figura 4). Os dados revelam aumento da força de trabalho total da região delimitada em 10,8%, o que equivale à aproximadamente 77 mil novos postos de trabalho. Uma análise simplificada desses dados indicaria, a princípio, que a região mantém uma certa dinâmica e que a crise econômica e política, que o país como um todo experimenta, não produziu impactos expressivos sobre o montante dos postos de trabalhos formais no período. Entretanto, dois pontos devem ser ressaltados: o período histórico não incorpora o agravamento da crise econômica, observado em 2016 e 2017; e a análise de forma desagregada desses dados revela diferenças expressivas entre os setores de atividade e os municípios. Nesses termos, nota-se em Rio

das Ostras o incremento de 10 mil postos de trabalho nesse quinquênio (50% de aumento relativo), em todos os setores de atividade, com maior destaque para o setor de petróleo e gás, indústria de transformação e serviços, fato que pode refletir a estratégia de desenvolvimento do município já citada anteriormente, ou seja, adensamento da Zona Especial de Negócios em resposta a benefícios concedidos. No município de Macaé, principal centro da economia do petróleo da Bacia de Campos, nota-se um incremento 13 mil postos de trabalho entre 2010 e 2015, equivalente a um aumento relativo de 20%. Entretanto, de forma distinta do município de Rio das Ostras, em Macaé o setor de petróleo e gás permaneceu com valores quase inalterados no período, tendo sido observados incrementos na construção civil, serviços e na administração pública, e decréscimo no total de postos nas indústrias de transformação. No município de Campos dos Goytacazes, maior município da região Norte Fluminense, nota-se um incremento de 12 mil trabalhadores registrados pela RAIS (13,1%), com destaque apenas para o setor de serviço que teve um incremento de 17 mil postos de trabalho, uma vez que todos os demais setores de atividades tiveram decréscimo no total de empregados no quinquênio. Por fim, o município de Duque de Caxias, único onde se observou decréscimo no total de postos (quase 3 mil empregados ou 2,2% do total dos postos), nota-se uma diminuição do total em todos os setores de atividade, com exceção do setor de serviços, em que pode ser observado um pequeno aumento (4 mil ou 0,03%).

Em que pese a aparente imunidade do mercado de trabalho formal da região à crise econômica instalada e a crise da Petrobras em particular, não se pode afirmar muito além da descrição dos dados sem informações mais atualizadas no nível de desagregação municipal. É desejável, mesmo em tempos de crise, que a oferta de trabalho aumente para acomodar o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), evitando pressão sobre a taxa de desemprego. Não se pode afirmar que tenha havido compensação entre os setores dentro do mercado formal de trabalho, que tanto pode absorver alguns novos membros da PEA, como também pode contribuir para o inchaço do setor informal, como já ocorreu em outros momentos de crise.

Figura 4: Ocupados nos municípios seleccionados segundo setores de atividade – 2010-2015

Fonte: RAIS/Mte (2010-2015).

Quociente Locacional

Nesta seção, apresenta-se o perfil de especialização da região em análise, em 1970 e 2010, a partir dos dados dos Censos demográficos; e em 2000, 2010 e 2015 a partir dos dados da RAIS.

Pela tabela 4, observa-se que a agricultura perde importância na região durante o período analisado. Em 1970, apenas os municípios de Duque de Caxias, Niterói e Cabo Frio não apresentavam especialização no setor. Duque de Caxias, localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), já apresentava estrutura produtiva multiespecializada, em 1970, na construção civil, indústria de transformação e serviços. Niterói, também localizado na RMRJ, apresentava especialização, em 1970, em serviços e administração pública, o que é justificado por ter sido a capital do Estado do Rio de Janeiro até esse ano. Cabo Frio se especializa, em 1970, na construção civil, impulsionada pela vocação turística do município e na indústria, já que nessa época localizava-se no município a Companhia Nacional

de Álcalis, que foi privatizada em 1992 e que teve suas atividades encerradas em 2006.

Em 2010, pelos dados do Censo, à exceção de Parati, todos os municípios que apresentam especialização em agricultura pertencem à região Norte Fluminense, e tratam-se, em maior parte, de municípios emancipados na década de 1990, com base econômica predominantemente rural: São Francisco de Itabapoana, Cardoso Moreira, Quissamã e Carapebus. No caso das atividades agropecuárias, o indicador calculado pelos dados da RAIS, aumenta o nível de especialização no caso desses municípios pequenos e com pouca diversificação produtiva. A pequena quantidade de vínculos formais de trabalho no setor, nos municípios, se sobressai frente ao montante de todos os empregos formais, em relação ao montante de emprego formal da região de estudo. Embora a participação do setor agropecuário tenha diminuído, grande parte dos municípios da região Norte do Estado ainda permanecem especializados no setor, aparentemente alheios às transformações que se processam nos territórios vizinhos.

No caso da indústria de transformação, o município de Duque de Caxias mantém-se especializado em todo o período, apresentando variações apenas quando se compara com os dados da RAIS, em 2000, embora, em 2010 e 2015, o QL medido pela RAIS e pelo Censo sejam bastante próximos. Angra dos Reis apresenta especialização no setor, em 1970 e 2010, e apresenta aumento do valor quando se compara com os dados da RAIS de 2010 e 2015, indicando atração da mão de obra de municípios vizinhos para os estabelecimentos locais.

O município de São João da Barra apresentava QL acima da unidade em 1970, nesse setor, perdeu especialização em 2010, em decorrência do fechamento de uma usina produtora de açúcar e álcool, modernização na indústria de bebidas, e o fechamento de indústria têxtil no município, no período analisado. Em 2010, os dados da RAIS e Censo não produzem diferenças no indicador de São João da Barra, contudo, o indicador calculado com os dados da RAIS em 2015 é de 2,2, evidenciando os efeitos de empregos relacionados aos estabelecimentos industriais instalados no Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú. Espera-se que superado o período de crise, o território seja o espaço de intensa reestruturação de sua base econômica e produtiva, quando entrarem em operação outros empreendimentos do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú.

A indústria de extração petróleo e gás foi a que desencadeou o processo de reestruturação produtiva e econômica na região, a partir da segunda metade da década de 1970. Veja que em 1970, Macaé não apresentava nenhuma especialização no setor, contudo, em 2010, pelos

dados do Censo Demográfico, ele apresenta especialização quatro vezes maior do que a média do conjunto dos municípios da ZPP e Norte fluminense. Note-se, portanto, que os municípios vizinhos também apresentam especialização, apesar de não terem estabelecidos em seus territórios um só empreendimento no setor, segundo a RAIS de 2000. Em 2010, pelos dados do Censo, a especialização de Rio das Ostras no setor é de 3,8 e a de Macaé de 4,5. Entretanto, pelos dados da RAIS, em 2010, Rio das Ostras apresenta QL de 0,3 e 1,7, em 2015, refletindo o adensamento de sua Zona Especial de negócios. Verifica-se que embora o setor permita certa flexibilidade em relação à residência dos trabalhadores, em decorrência da escala de trabalho nas plataformas de 14 dias de trabalho por 21 de folga, são os municípios mais próximos que são impactados e reestruturados por essa atividade.

Os municípios da ZPP localizados mais ao Sul do Estado, ou na região metropolitana, não mantêm relação funcional intensa com a dinâmica da atividade de extração de petróleo e gás a partir de Macaé. Os municípios da ZPP mais distantes se associam a esta atividade pelo critério de partição dos recursos de royalties e participações especiais e pelos critérios de delimitação da ZPP. Esperava-se que as relações econômicas e produtivas se intensificassem após a entrada em operação do COMPERJ, que deveria refinar parte do óleo extraído na Bacia de Campos, entretanto, em decorrência da crise que envolveu diretamente a Petrobras e seus desdobramentos, a obra encontra-se paralisada.

Tabela 4: Quociente Locacional da agricultura, indústria extrativa e de transformação e extração de petróleo e gás, segundo os municípios selecionados – censos 1970 e 2010 e rais 2000 e 2010

| MUNICÍPIOS | AGRICULTURA | | | | | INDUSTRIA EXT. E TRANSF. | | | | | EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS | | | | | |
|-----------------------------|-------------|------|------|------|------|--------------------------|------|------|------|------|----------------------------|------|------|------|------|------|
| | CENSO | | RAIS | | | CENSO | | RAIS | | | CENSO | | | RAIS | | |
| | 1970 | 2010 | 2000 | 2010 | 2015 | 1970 | 2010 | 2000 | 2010 | 2015 | 1970 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2015 |
| Angra dos Reis | 1,7 | 0,8 | 0,6 | 0,5 | 1,0 | 1,5 | 1,4 | 0,6 | 2,2 | 2,8 | 0,0 | 0,4 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,1 |
| Armação dos Búzios | - | 0,9 | 0,1 | 0,2 | 0,1 | - | 0,3 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,1 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Cabo Frio | 0,7 | 1,0 | 0,7 | 5,6 | 0,6 | 1,9 | 0,7 | 0,7 | 0,4 | 0,5 | 0,0 | 0,1 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Campos dos Goytacazes | 2,0 | 1,8 | 3,4 | 2,4 | 2,7 | 0,8 | 1,0 | 1,1 | 0,9 | 1,0 | 0,6 | 1,4 | 1,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Carapebus | - | 4,4 | 0,6 | 1,1 | 3,2 | - | 0,9 | 1,6 | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 4,2 | 2,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Cardoso Moreira | - | 7,4 | 8,4 | 8,3 | 17,4 | - | 0,6 | 0,5 | 0,4 | 0,9 | 0,0 | 1,2 | 0,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Casimiro de Abreu | 2,6 | 1,5 | 4,3 | 3,6 | 4,3 | 0,1 | 0,8 | 0,7 | 0,3 | 0,6 | 0,0 | 0,6 | 0,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Conceição de Macabu | 2,5 | 3,6 | 8,0 | 10,8 | 7,9 | 1,0 | 0,7 | 0,7 | 0,5 | 0,7 | 0,0 | 2,8 | 1,1 | 0,0 | 0,0 | 0,1 |
| Duque de Caxias | 0,1 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,6 | 1,5 | 2,0 | 1,4 | 1,6 | 1,1 | 0,1 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Macaé | 2,0 | 0,7 | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,8 | 0,6 | 0,8 | 0,4 | 0,0 | 8,8 | 4,5 | 9,2 | 5,9 | 4,9 |
| Maricá | 2,4 | 0,5 | 1,5 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,6 | 1,0 | 1,0 | 0,0 | 0,1 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Niterói | 0,1 | 0,2 | 0,5 | 0,2 | 0,7 | 0,7 | 0,6 | 0,5 | 0,8 | 0,7 | 1,6 | 0,2 | 0,7 | 0,0 | 0,1 | 0,3 |
| Parati | 4,0 | 3,2 | 0,2 | 1,2 | 0,9 | 0,1 | 0,5 | 0,2 | 0,1 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Quissamã | - | 3,6 | 4,0 | 6,6 | 6,9 | - | 0,6 | 2,6 | 0,6 | 0,9 | 0,0 | 2,2 | 1,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Rio das Ostras | - | 0,6 | 0,7 | 0,3 | 0,5 | - | 0,7 | 0,2 | 0,5 | 0,6 | 0,0 | 1,8 | 3,8 | 0,0 | 0,3 | 1,7 |
| São Fidélis | 3,6 | 6,4 | 5,1 | 6,1 | 8,9 | 0,4 | 0,8 | 1,0 | 0,8 | 1,2 | 4,9 | 0,9 | 1,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| São Francisco de Itabapoana | - | 10,8 | 8,1 | 18,7 | 13,0 | - | 0,5 | 1,0 | 0,3 | 0,8 | 0,0 | 0,2 | 0,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| São João da Barra | 3,6 | 4,7 | 4,2 | 2,2 | 1,6 | 1,2 | 0,7 | 2,2 | 0,5 | 2,2 | 0,0 | 0,8 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |

Fonte: Censos Demográficos de 1970 a 2010 – IBGE e RAIS/MTE.

A especialização de São João da Barra na indústria da construção civil ocorre em decorrência das obras de implantação do Complexo Logístico e Industrial do Porto de Açú. Pelos dados dos Censo, observa a evolução do indicador de 0,3, em 1970, para 1,2, em 2000 e 2010. Pelos dados da RAIS, o setor ganha importância entre o total de emprego formal do município, por se tratar de empresas contratadas pelos empreendedores, segundo regras rígidas no que respeita ao cumprimento das obrigações sociais, de saúde, segurança e meio ambiente. Embora o indicador tenha aumentado entre 2000 e 2010, de 0,7 para 3,6, em 2015 observa-se retração, parte em função da desmobilização de alguns canteiros de obras concluídas, em parte pela suspensão provisória de instalação de empresas cujas obras se encontravam em curso e também pelo elevado número de demissões, por parte das empresas já instaladas, em decorrência da crise econômica e política. Espera-se que o indicador aumente nos próximos anos, contudo, a partir da entrada em operação de alguns empreendimentos, a indústria e a construção naval devem ganhar maior importância relativa. O conjunto dos empreendimentos previstos e em andamento deverá promover uma reestruturação econômica e territorial, ainda difícil de se mensurar.

No setor de comércio e serviços, especialmente o setor de serviços, apenas os municípios mais próximos da cidade do Rio de Janeiro e aqueles com forte atividade turística apresentam QL próximos e superior à unidade. Os municípios do Norte do Estado que apresentam maiores coeficientes, contudo, inferiores à unidade, são Macaé e Campos dos Goytacazes. Mesmo quando analisados de forma mais desagregada, os serviços mais especializados ficam próximos à unidade.

A administração pública é mais importante nos menores municípios, que, apesar de participarem da indústria do petróleo ou dos empreendimentos em curso em São João da Barra, não conseguem ou não tentam implementar planos de desenvolvimento que articulem os atores e empresas locais. Embora existam planos de desenvolvimento financiados com recursos pagos pela extração de petróleo e gás, eles atraíram investidores externos e muito do capital investido não retornou ao fundo e nem produziu efeitos positivos no território, ou por não produziram ou por fecharam as portas em curto espaço de tempo. Assim, a administração pública continua, nos municípios de pequeno porte, como a principal absorvedora de mão de obra, especialmente com relações formais de trabalho.

Tabela 5: Quociente Locacional da construção civil, comércio e serviços e administração pública, segundo os municípios selecionados – censos 1970 e 2010 e rais 2000 e 2010

| MUNICÍPIOS | CONSTRUÇÃO CIVIL | | | | | | COMÉRCIO E SERVIÇOS | | | | | | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | |
|-----------------------------|------------------|------|------|------|------|------|---------------------|------|------|------|------|------|-----------------------|------|------|------|------|------|
| | CENSO | | | RAIS | | | CENSO | | | RAIS | | | CENSO | | | RAIS | | |
| | 1970 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2015 | 1970 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2015 | 1970 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2015 |
| Angra dos Reis | 0,7 | 1,5 | 1,4 | 1,1 | 1,7 | 0,5 | 0,6 | 1,0 | 0,9 | 1,0 | 0,8 | 0,9 | 1,0 | 1,4 | 1,0 | 1,4 | 1,1 | 1,1 |
| Armação dos Búzios | - | 1,5 | 1,3 | 0,4 | 0,3 | 0,3 | - | 1,1 | 1,1 | 1,2 | 1,2 | 1,1 | - | 1,0 | 1,0 | 1,2 | 1,5 | 1,6 |
| Cabo Frio | 1,5 | 1,5 | 1,3 | 0,5 | 0,6 | 0,5 | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 0,7 | 1,1 | 1,1 | 1,4 | 1,7 | 1,9 |
| Campos dos Goytacazes | 0,5 | 0,9 | 1,1 | 1,1 | 1,4 | 1,1 | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 0,9 | 0,9 | 1,0 | 0,6 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 1,5 | 1,1 |
| Carapebus | - | 0,8 | 1,1 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | - | 0,7 | 0,7 | 0,3 | 0,1 | 0,4 | - | 3,1 | 1,9 | 4,5 | 6,3 | 5,2 |
| Cardoso Moreira | - | 0,8 | 0,9 | 0,2 | 0,3 | 0,4 | - | 0,7 | 0,8 | 0,2 | 0,4 | 0,3 | - | 1,0 | 1,4 | 4,6 | 4,5 | 4,2 |
| Casimiro de Abreu | 1,7 | 1,1 | 1,4 | 0,5 | 0,9 | 0,8 | 0,6 | 1,0 | 0,9 | 0,6 | 0,7 | 0,7 | 0,6 | 1,4 | 2,1 | 3,0 | 2,9 | 2,8 |
| Conceição de Macabu | 0,5 | 1,3 | 1,2 | 0,3 | 0,0 | 0,1 | 0,7 | 0,8 | 0,9 | 0,5 | 0,5 | 0,6 | 0,4 | 1,7 | 1,3 | 3,0 | 3,5 | 3,7 |
| Duque de Caxias | 1,7 | 1,0 | 1,0 | 0,9 | 0,8 | 0,6 | 1,1 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 1,1 | 1,1 | 0,9 | 0,7 | 0,6 | 0,8 | 0,6 | 0,7 |
| Macaé | 0,8 | 1,0 | 1,0 | 2,0 | 1,0 | 1,7 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 1,1 | 0,9 | 0,6 | 0,5 | 0,9 |
| Maricá | 0,9 | 1,9 | 1,4 | 0,7 | 0,2 | 0,4 | 0,7 | 1,0 | 1,0 | 0,9 | 0,9 | 0,9 | 0,5 | 0,9 | 1,1 | 1,7 | 2,3 | 2,3 |
| Niterói | 0,8 | 0,6 | 0,5 | 0,9 | 1,0 | 1,4 | 1,2 | 1,1 | 1,2 | 1,2 | 1,2 | 1,2 | 1,7 | 1,3 | 1,5 | 0,8 | 0,6 | 0,4 |
| Parati | 0,5 | 1,2 | 1,1 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 1,1 | 1,1 | 0,2 | 1,2 | 0,9 | 2,1 | 1,9 | 1,7 |
| Quissamã | - | 0,9 | 1,0 | 0,0 | 0,3 | 0,1 | - | 0,6 | 0,8 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | - | 2,9 | 2,5 | 3,6 | 4,6 | 4,9 |
| Rio das Ostras | - | 1,9 | 1,6 | 1,6 | 1,9 | 1,9 | - | 0,9 | 0,9 | 0,7 | 0,8 | 0,8 | - | 1,1 | 1,0 | 2,8 | 1,9 | 1,5 |
| São Fidélis | 0,4 | 0,8 | 0,8 | 0,1 | 1,6 | 2,0 | 0,4 | 0,8 | 0,7 | 0,7 | 0,6 | 0,6 | 0,4 | 1,4 | 1,9 | 2,5 | 2,7 | 2,1 |
| São Francisco de Itabapoana | - | 0,8 | 0,8 | 0,2 | 0,5 | 0,3 | - | 0,7 | 0,7 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | - | 0,3 | 0,8 | 2,6 | 2,9 | 3,5 |
| São João da Barra | 0,3 | 1,2 | 1,2 | 0,7 | 3,6 | 2,8 | 0,2 | 0,8 | 0,9 | 0,5 | 0,3 | 0,4 | 0,3 | 1,1 | 1,2 | 2,0 | 3,4 | 2,6 |

Fonte: Censos Demográficos de 1970 a 2010 – IBGE e RAIS/MTE.

Coefficiente de Reestruturação

O maior indicador de reestruturação foi estimado para São João da Barra entre 1980 e 2010, entre 1991 e 2010 e entre 2010 e 2015. O primeiro período reflete o impacto do início das obras do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu e o quinquênio final reflete a entrada em operação e o andamento, ainda que lento, das obras em curso.

Em que pese a aparente estabilidade da estrutura produtiva relacionada à indústria do petróleo, o indicador de reestruturação verificado em Macaé foi superior ao verificado nos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. Cumpre ressaltar mais uma vez que os municípios da ZPP não experimentam o mesmo processo de reestruturação produtiva e territorial que os municípios da região Norte fluminense, conforme pode ser observado nos dados apresentados na tabela 6.

Tabela 6: Coeficiente de Reestruturação, segundo os municípios selecionados censos 1970 e 2010 e rais 2000 e 2010

| Municípios | Coeficiente de Reestruturação | | | | |
|-----------------------------|-------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | 1980/2010 | 1991/2010 | 1991/2000 | 2000/2010 | 2010/2015 |
| São João da Barra | 0,47 | 0,36 | 0,30 | 0,09 | 0,61 |
| Casimiro de Abreu | 0,33 | 0,13 | 0,15 | 0,12 | 0,37 |
| Parati | 0,36 | 0,16 | 0,12 | 0,06 | 0,35 |
| Quissamã | - | 0,31 | 0,17 | 0,19 | 0,34 |
| Conceição de Macabu | 0,29 | 0,12 | 0,1 | 0,06 | 0,29 |
| São Fidélis | 0,25 | 0,11 | 0,08 | 0,07 | 0,26 |
| Campos dos Goytacazes | 0,22 | 0,13 | 0,08 | 0,05 | 0,24 |
| Macaé | 0,23 | 0,1 | 0,07 | 0,04 | 0,22 |
| Maricá | 0,21 | 0,09 | 0,06 | 0,05 | 0,21 |
| Angra dos Reis | 0,15 | 0,05 | 0,11 | 0,08 | 0,20 |
| Duque de Caxias | 0,17 | 0,1 | 0,06 | 0,04 | 0,19 |
| Cabo Frio | 0,17 | 0,04 | 0,03 | 0,02 | 0,13 |
| Niterói | 0,09 | 0,04 | 0,03 | 0,03 | 0,10 |
| Carapebus | - | - | - | 0,14 | 0,07 |
| Cardoso Moreira | - | - | - | 0,1 | 0,05 |
| São Francisco de Itabapoana | - | - | - | 0,09 | 0,05 |
| Rio das Ostras | - | - | - | 0,07 | 0,04 |
| Armação dos Búzios | - | - | - | 0,03 | 0,02 |
| Total | 0,15 | 0,09 | 0,06 | 0,03 | 0,17 |

Fonte: Censos Demográficos de 1970 a 2010 – IBGE e RAIS/MTE

Considerações Finais

A reestruturação econômica e produtiva no conjunto dos municípios da ZPP e dos municípios do Norte fluminense indica que os principais efeitos da instalação da indústria do petróleo se fazem sentir nos municípios vizinhos a Macaé. Os municípios localizados mais ao Sul e na região metropolitana, apesar de pertencer à ZPP, estão inseridos em outra dinâmica econômica e não apresentaram reestruturação no período.

A região Norte do Estado, em que pese a maturidade da indústria do petróleo e o determinismo geográfico da localização, se inseriu em um contexto em que se buscava o fortalecimento da indústria de base e energética, visando diminuir a dependência externa desses recursos. Ainda hoje, os investimentos no setor fazem parte da estratégia de desenvolvimento do país, mesmo tendo o país alcançado relativa autossuficiência nesse recurso.

Contudo, sem fazer parte de uma estratégia nacional de desenvolvimento, a instalação do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú produzirá neste mesmo território, porém com epicentro deslocado de Macaé, uma profunda reestruturação produtiva e territorial, que já se apresenta a partir de São João da Barra.

Referências

- ALVIM, A.M. **Rede urbana e base urbana: uma análise para a RMBH**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 1996.
- BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Unicamp, 2007.
- CROCCO, M. A. Et al. O arranjo produtivo calçadista de Nova Serrana. In: TIRONI, L. F. (Coord.). **Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais**. Brasília: IPEA, 2001.
- CUNHA, A. M.; SIMÕES, R. F.; PAULA, J. A. de; **História Econômica e Regionalização: Contribuição a um Desafio Teórico-metodológico**; Est. econ., São Paulo, v. 38, n. 3, p. 493-524, julho-setembro 2008.
- DINIZ, C. C. , CROCCO, M. A. Bases Teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão. In DINIZ, C. C., CROCCO, M. A. (Orgs). **Economia Regional e Urbana: Contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FERREIRA, M. S. Rede de cidades em Minas Gerais a partir da realocação da indústria paulista. **Nova Economia**, IX Prêmio Minas de Economia, 1995.

HADDAD, P. R. (Org.). **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE.). **Censos Demográficos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2010.

LEMONS, Maurício & SIMÕES, R. **Análise e perspectivas locais e de crescimento a partir de indicadores clássicos da economia regional: o caso de João Monlevade/MG**. In: Anais..., VI SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, Diamantina, Cedeplar/UFMG, 1992.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasil, 2000, 2010.

OLIVEIRA, F. J. G. **Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PASSOS, W. S. A importância do financiamento público para o desenvolvimento local: estudo de caso sobre o FUNDECAM. In FAURÉ, Y., HASENCLEVER, L., SILVA-NETO, R. (Org.) **Novos rumos para a economia fluminense: Oportunidades e desafios do crescimento do interior**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

SIMÕES, R. **Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. 2005. Texto para discussão. n. 259. 31 p.

SUZIGAN, W. et al. Coeficientes de Gini locais – GL: aplicação à indústria de calçados do Estado de São Paulo. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.2, n. 13, p. 39-60, 2003.